

“O ESTADO DE SÃO PAULO”

21 de julho de 2013

## 11:29 - CRISE NO GRUPO X GERA CRÍTICAS SOBRE ATUAÇÃO DA ANP E DA CVM

Rio, 07/07/2013 - A derrocada do grupo EBX aconteceu sem que acionistas, analistas, bancos e reguladores tenham conseguido detectar falhas nas bases do projeto de Eike Batista a ponto de prevenir o desmantelamento do grupo.

Uma fé coletiva nos planos do empresário ajudou a inflar as empresas mesmo sem que houvesse prova sobre seus fundamentos.

Os projetos passaram pelo escrutínio da análise de risco de grandes bancos privados e estatais. BNDES, Caixa, Bradesco, BTG e Itaú estão entre os que avalizaram e embarcaram em empréstimos bilionários ao grupo para projetos que hoje, em parte, viraram pó e levaram o resto das empresas do império a reboque.

O BNDES divulgou ter emprestado ao grupo ao todo R\$ 10,4 bilhões. Segundo cálculos conservadores feitos pelo Bank of America Merrill Lynch, a Caixa Econômica teria aportado R\$ 1,392 bilhão. Bradesco, Itaú Unibanco e BTG Pactual, teriam emprestado juntos ao menos R\$ 9,4 bilhões. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), xerife do mercado financeiro, também não conseguiu prevenir que dados hipotéticos tenham sido divulgados como promessa de desempenho.

"A CVM precisa garantir a qualidade da informação, que não pode ser dúbia ou induzir o investidor a erro", disse **Renato Chaves, sócio da consultoria de governança Mesa**. Há indicações de que há meses os executivos da empresa tinham fortes indícios sobre a possibilidade de os campos da companhia serem inviáveis para a produção. Informação que, se confirmada, deveria ter sido repassada a investidores.

Chaves lembra que o empresário usava até o Twitter para se comunicar com o mercado. É o caso de comentários sobre a declaração de comercialidade de campos da OGX ou de investimentos no superporto da LLX no Açu (RJ). Chaves diz que a CVM deveria ter coibido o uso do Twitter e ter obrigado a companhia a tomar providências no sentido de só usar os canais oficiais (CVM e Bovespa) para comunicar-se com o mercado. "Eike dizia que era uma página pessoal. Mas não tem como um CEO, presidente de conselho de administração e controlador fazer esta separação", disse.

O consultor Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura, criticou a Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) por ter deixado a empresa declarar ao mercado que campos eram comercialmente viáveis para exploração antes do teste de longa duração. Pires lembra que é prática de mercado esperar por este resultado, já que apenas com este teste é possível verificar se o poço terá produção contínua, sendo de fato comercial. Lembra também que a ANP concedeu permissão à OGX para operar campos em águas profundas (operador A) sem nunca antes ter perfurado. "A ANP foi, no mínimo, permissiva", disse.

O ex-CVM Fábio Galvão, do escritório Orotavo Advogados, diz que não houve falha por parte da CVM, já que a empresa apresentou seus fatores de risco no formulário de

referência sem indícios de ser necessária atuação mais criteriosa. O advogado acrescenta que as previsões da empresa foram apresentadas com base em premissas consideradas à época razoáveis pelo mercado. "É natural que os efeitos dessa crise de credibilidade no mercado brasileiro traga desconfiança em relação à atuação do regulador, mas não há razão de ordem técnica para criticar a CVM", disse.

Segundo ele, é justificável que o risco da empresa não fosse totalmente conhecido pela CVM, pois a apresentação da declaração de comercialidade acaba gerando uma presunção de que haverá continuidade nas operações da empresa. "Isto sinaliza que, a partir de agora, a ANP também deveria rever os seus processos porque o caso da OGX chama atenção para o fato de ser necessário haver um rigor maior na justificativa técnica dos compromissos assumidos pelas empresas pré-operacionais", afirmou. (Sabrina Valle)